

PAR - DESAFIOS E IMPACTOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

Daniel Henrique Ferreira

(PIBIC/ Unviversidade Federal do Espírito Santo)
danielhdferreira@gmail.com

Maria Silvia Lima Silva Triani

(PIBIC/Unviversidade Federal do Espírito Santo)
silviatriani@hotmail.com

Orientação: Eliza Bartolozzi Ferreira

(Universidade Federal do Espírito Santo)
eliza.bartolozzi@gmail.com

Resumo: Este trabalho é resultado de pesquisa em andamento originada no PIBIC, com vinculação ao projeto financiado pelo CNPq e FAPES, **GESTÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E SEUS MECANISMOS DE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO: o desafio do PAR.** O objetivo do subprojeto é auxiliar nos estudos e levantamento de documentos dos municípios amostrados para conhecer a implantação e execução do PAR, a partir da literatura científica sobre planejamento produzida no Brasil. A implantação do PAR pelo governo Lula revela a convivência contraditória entre os processos de centralização/descentralização das políticas públicas, característica de um Estado federativo reformado sob uma perspectiva de gestão que opta pela transferência de responsabilidades.

Palavras chave: centralização/descentralização; PAR; gestão educacional.

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado oficialmente pelo Decreto nº 6.094 em 24 de abril de 2007, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino no país. O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um dos instrumentos do PDE, compreendido no artigo 9º do mesmo Decreto como um conjunto de ações de apoio técnico e/ou financeiro pelo MEC, que visa o cumprimento das metas na observância das suas diretrizes.

O PAR se configura como instrumento de planejamento integrado que visa identificar as ações e metas apropriadas para a melhoria da gestão dos sistemas de ensino municipais e estaduais. Ele prioriza quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar; prática pedagógica e avaliação; infra-estrutura e recursos pedagógicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A prática do planejamento, como instrumento para gestão centralizada/descentralizada dos sistemas de ensino dos entes federados, ganhou força com a reforma administrativa do Estado e as reformas educacionais da década de 1990 (SAVIANI, 2008, p.439). Concomitante a essas

reformas o Estado adota práticas intervencionistas, induzindo os entes federados a adotarem em seus sistemas educacionais o modelo de gestão administrativa que incentiva a adesão ao regime de colaboração. O que implica em maiores responsabilidades gerenciais, conferindo-lhes maior autonomia na gestão dos seus sistemas de educação. Essa prática proporciona maior controle social na busca por maior eficácia e produtividade na gestão da educação (MARTINS, 2009; CALAZANS, 2009; PEREIRA, 1975).

METODOLOGIA

A pesquisa está sendo realizada nos municípios do Espírito Santo de Água Doce do Norte, Vitória, Irupi e Vila Velha, sorteados após delimitação dos seguintes critérios: tamanho do município, IDEB baixo e alto, continuidade ou não do governo municipal no período de elaboração e execução do PAR. O objetivo é analisar a gestão dos sistemas de educação diante o processo de centralização/descentralização; identificar o grau de autonomia e a capacidade de planejamento e execução do PAR em cada ente federativo amostrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise preliminar do PAR revela a recente experiência de indução do governo federal, que visa fomentar a descentralização das ações das políticas educacionais via o planejamento centralizado. A implantação do PAR pelo governo Lula revela a convivência contraditória entre os processos de centralização das políticas públicas e a adoção de práticas descentralizantes, característica de um Estado federativo que passou por uma reforma política sob a perspectiva de uma gestão que opta pela transferência de responsabilidades. Cabe investigar a capacidade dos municípios na execução do planejamento em parceria com a União no contexto da promulgação do novo Plano Nacional de Educação, cujo eixo de discussão girou em torno da instalação de um sistema nacional de educação.

REFERÊNCIAS

- CALAZANS, M. J. **Planejamento da educação no Brasil: novas estratégias em busca de novas concepções**. In: CALAZANS, M. J. *et al. Planejamento e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1990, p.11-34.
- MARTINS, Paulo Sena. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia de política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados**. UNB–TESE–2009. Disponível em <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6126> Acesso em 13/10/2010
- PEREIRA, L. **Ensaio de sociologia do desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.
- SAVIANI, Demerval. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise Crítica da Política do MEC**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2009.